

**CONCEPÇÃO DE SEXO E SEXUALIDADE NO OCIDENTE:
ORIGEM, HISTÓRIA E ATUALIDADE**

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.6420>



Cleiton José Senem

Universidade do Sagrado Coração – USC – Brasil

Sandro Caramaschi

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Brasil



Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo teórico das concepções de sexo e sexualidade na história ocidental. Compreende-se sexo como uma dimensão física e biológica relativa aos órgãos sexuais e à genitalidade, assim como o próprio ato sexual; e sexualidade é compreendida como uma dimensão histórica e cultural com relação à qualidade das vivências sexuais. Ao analisar a história ocidental é possível perceber que a sexualidade foi influenciada por modelos matriarcais e, principalmente patriarcais, vivenciando momentos de maior abertura ou repressão, além de considerar as influências da religião, da filosofia e da medicina.

Palavras-Chave: sexo, sexualidade, história.

1. Conceito de Sexo e Sexualidade:

A sexualidade é um fenômeno complexo e tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento como, biologia, fisiologia, sociologia, antropologia, história e psicologia. Cada área do conhecimento possui pressupostos distintos, sendo evidente a existência de diferentes concepções teóricas. Todavia, grande parte dos pesquisadores afirma que não é possível referir-se aos conceitos de sexo e sexualidade como sinônimos.

A palavra sexo é usualmente utilizada para distinguir a mulher do homem, o sexo feminino do masculino. Ela possui referencial fisiológico e está diretamente relacionada aos órgãos sexuais e à anatomia dos corpos, assim como também é utilizada para se referir ao ato sexual. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), o sexo possui características biológicas, definindo os seres humanos como macho ou fêmea.

O sexo possui características filogenéticas sendo formado ao longo de toda evolução da espécie humana como ser animal e reconhecido pela genitalidade. Embora seja uma constituição primordial que caracteriza o ser humano, a palavra sexo tem origem apenas no

século XII e etimologia latina, *secare*, que significa: corte, secção ou divisão. O mito do andrógino presente no *Banquete* de Platão explicita exatamente essa ideia, de que o homem e a mulher formavam uma totalidade originária, mas foram separados ao meio por Zeus (SNOEK, 1981).

Depois de laboriosa reflexão, diz Zeus: "Acho que tenho um meio de fazer com que os homens possam existir, mas parem com a intemperança, tornados mais fracos. Agora com efeito, continuou, eu os cortarei a cada um em dois, e ao mesmo tempo eles serão mais fracos e também mais úteis para nós, pelo fato de se terem tornado mais numerosos; e andarão eretos, sobre duas pernas. Se ainda pensarem em arrogância e não quiserem acomodar-se, de novo, disse ele, eu os cortarei em dois, e assim sobre uma só perna eles andarão, saltitando." [...] Por conseguinte, desde que a nossa natureza se mutilou em duas, ansiava cada um por sua própria metade e a ela se unia, e envolvendo-se com as mãos e enlaçando-se um ao outro, no ardor de se confundirem, morriam de fome e de inércia em geral, por nada quererem fazer longe um do outro. E sempre que morria uma das metades e a outra ficava, a que ficava procurava outra e com ela se enlaçava, quer se encontrasse com a metade do todo que era mulher — o que agora chamamos mulher — quer com a de um homem; e assim iam-se destruindo (PLATÃO, 1991, p. 59-60).

A constituição histórica da ideia do sexo é discutida por Thomas Laqueur em sua obra, *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud* (2001). Segundo este historiador, até o século XVIII, o sexo foi compreendido como expressão única, tanto para o homem quanto para a mulher. Claudio Galeno, um famoso médico e filósofo grego, diz que ao se investigar o corpo feminino “não se encontraria uma única parte masculina que não tivesse simplesmente mudado de posição. Em vez de serem divididos por suas anatomias reprodutivas, os sexos eram ligados por um sexo comum” (LAQUEUR, 2001, p. 42). Os corpos masculinos e femininos eram uma variação de um sexo único representando as leis naturais e estruturais que organizavam inclusive a vida em sociedade. De forma geral, esta forma de compreender o sexo permaneceu até o século XVIII, concebendo a mulher como um homem inferior e invertido. Nesse sentido, a mulher foi considerada inferior, porque era compreendida como homem imperfeito, faltando-lhe a força e o calor vital; e invertido, porque seus órgãos sexuais eram os mesmos dos homens, porém voltados para dentro (COSTA-JÚNIOR; MAIA, 2013). Diz Galeno (apud LAQUEUR, 2001, p. 41):

Pense primeiro, por favor, na [genitália externa] do homem virada para dentro, entre o reto e a bexiga. Se isto acontecesse, o escroto necessariamente tomaria o lugar do útero e os testículos ficariam para fora, dos dois lados dele. O pênis torna-se a cérvix e a vagina, o prepúcio as partes pudendas femininas, e assim por diante através das várias artérias e vasos sanguíneos.

Sexualidade foi um conceito que surgiu apenas no século XIX sendo utilizado para representar a qualidade e a significação do que é sexual, ampliando assim a ideia de sexo (SNOEK, 1981, BOZON, 2004; FEITOSA 2005).

Sigmund Freud foi um dos primeiros pensadores que concebeu a sexualidade como um fenômeno diferente do sexo. Freud expandiu o conceito de sexualidade para além do ato sexual ou de qualquer vínculo exclusivo com a reprodução ou com os órgãos genitais (PERSON, 2005; CAROL, 2013; OLIVEIRA; SEI, 2014). Segundo ele a sexualidade faz parte do dia-a-dia dos indivíduos desde o início da vida, porém, a maioria dos escritos e estudos sobre o desenvolvimento das crianças de sua época não abordava essa questão (FREUD, 1905/1974). Para ele a compreensão da sexualidade adulta requer a análise da sexualidade infantil.

[...] a investigação psicanalítica teve de ocupar-se também com a vida sexual das crianças, e isto porque as lembranças e associações emergentes durante a análise de sintomas adultos remetiam-se regularmente aos primeiros anos da infância. O que inferimos destas análises mais tarde se confirmou, ponto a ponto nas observações diretas das crianças (FREUD, 1917/ 1976, p. 363).

Ao contrário do que pensava a maioria dos profissionais do seu tempo, o instinto sexual não aparecia na adolescência mas muito tempo antes. Na Quarta Lição sobre Psicanálise, Freud questiona: “Existe então, perguntarão, sexualidade infantil? A infância não é, ao contrário, o período da vida marcada pela ausência do instinto sexual? Não meus senhores. [...] a criança possui, deste o princípio, o instinto e a atividade sexual (FREUD, 1909/1974, p. 34).

Nos *Três Ensaios sobre Sexualidade* (1905), Freud ampliou a compreensão sobre a sexualidade humana, dizendo que esta não tem por finalidade a procriação, mas a busca pelo prazer, que passa por diversas fases oral, anal e fálica. Sem dúvida, a descoberta da sexualidade infantil foi recebida com muita resistência pelos cientistas naquela tempo, porém foi um dos pilares da teoria e da técnica psicanalítica (MABILDE, 2005).

Freud em sua Conferência XX (1917) faz uma descrição da vida sexual dos seres humanos e afirma que não é fácil delimitar aquilo que abrange o conceito de sexual. Porém, diz que tudo o que se relaciona com a distinção entre os sexos define o conceito de sexual. Aborda que tudo o que é sexual é da ordem do impróprio, porém, tal afirmação precisa ser compreendida de forma adequada. Ao definir o sexual como da ordem do impróprio, Freud faz uma crítica ao julgamento moral do seu tempo sobre as questões relacionadas à sexualidade e abre uma nova possibilidade para tornar a sexualidade um fenômeno investigado e conhecido (MARIGUELA, 2006). Assim afirma ele:

Pois bem, senhoras e senhores, que atitude adotaremos para com essas formas incomuns de satisfação sexual? Indignação, expressão de nossa repugnância pessoal e garantia de que nós próprios não compartilhamos de semelhantes sensualidades, obviamente não proporcionarão qualquer ajuda. Na realidade, não foi para isto que fomos solicitados, porque afinal de contas, o que temos de encarar neste assunto é

um campo de fenômenos como qualquer outro. [...] Pelo contrário, estamos tratando de fenômenos muito comuns e difundidos. (FREUD, 1915/1976, p. 359).

As contribuições da psicanálise permitiram tornar a sexualidade objeto de investigação e discussão analítica, como um fenômeno entre tantos outros, ainda mais quando Freud afirma que a pulsão sexual que atua nas psicopatologias é a mesma que atua nas pessoas que possuem um comportamento considerado adequado, seguindo os padrões instituídos por uma determinada sociedade.

Compreende-se hoje que a sexualidade é inerente à vida humana, desenvolvendo-se deste o nascimento até a velhice, não sendo possível confundi-la com genitalidade (NUNES, 1987; BONFIM, 2009; MAIA, 2010; LEÃO; RIBEIRO, 2011). A definição de sexualidade proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que ela é

Um aspecto central do ser humano ao longo da vida e engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Enquanto a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (OMS, 2006).

Nunes e Silva (2000, p. 73) afirmam que a sexualidade “carrega dentro de si a intencionalidade e a escolha, tornando-a uma dimensão humana, dialógica e cultural”, não podendo ser reduzida a um determinismo naturalista. Afirmam também que considerá-la apenas como uma dimensão instintiva ou restringi-la à dimensão animal, natural e reprodutiva é subtrair sua característica mais significativa e importante, isto é, a especificidade humana de viver e significar o sexo.

Segundo Werebe (1998, p. 6), “uma relação sexual não é apenas o encontro entre dois órgãos sexuais, mas entre duas pessoas, com suas singularidades próprias, com seus sentimentos, aspirações, desejos, necessidades, conflitos e problemas”. Maia (2008) discorrendo sobre o assunto afirma que a sexualidade é

[...] um conceito abrangente, que inclui aspectos da genitalidade, mas não se resume a ela, isto é, diz respeito a sentimentos, emoções, prazeres, erotismo libidinal envolto nas relações interpessoais, que incluem ou não o relacionamento sexual entre indivíduos (p.68-69).

Além da dimensão íntima e pessoal, a sexualidade é continuamente influenciada pelo modo como as pessoas desenvolvem suas relações interpessoais. Por meio dessas, os indivíduos aprendem a viver a sexualidade e a significar seus sentimentos e comportamentos, tornando-a uma dimensão cultural, recebendo diferentes sentidos em cada época, tempo ou

sociedade. Por isso, a sexualidade é continuamente influenciada pelos processos sociais que organizam a estrutura e a expressão do desejo (WEREBE, 1998).

Todo ambiente é “sexualizado”, não sendo possível falar de sexualidade sem considerar a influência que a mesma recebe das diversas culturas; afinal, as diferentes sociedades e o modo como elas vivem seus valores morais influenciam os comportamentos sexuais, tornando-os culturalmente e historicamente construídos (NUNES, 1987; MAIA; RIBEIRO, 2011).

A história e a antropologia demonstram que não existe uma forma única e universal de compreender o próprio corpo, os desejos, nem mesmo os sentimentos. Malinoswski (1970 apud WEREBE 1998, p. 15) dizia que “O homem possui tendências sexuais, mas estas tendências recebem sua forma e orientação definidas num conjunto de regras culturais que variam de uma sociedade a outra”.

A sexualidade não é apenas um ato físico utilizado para aliviar tensões corpóreas, mas é a base para a moralidade e para a organização social, fazendo parte de um sistema simbólico complexo (GREGERSEN, 1983). Conforme afirma Feitosa (2005) ela não está isenta dos valores socialmente construídos em grupos, tempos e espaços históricos.

Enfim, considera-se que a sexualidade humana possui influências biológicas, psicológicas e culturais, constituindo-se como uma experiência ampla e complexa, polimorfa e diversa.

1.1 – A dimensão biológica da sexualidade:

A dimensão biológica da sexualidade é frequentemente a mais conhecida e divulgada, tanto nos livros de ciência, biologia ou propriamente nos programas de educação sexual, sendo o sexo considerado enquanto categoria de reprodução (WEREBE, 1998).

As pesquisas desenvolvidas dentro dessa perspectiva, evidenciam os aspectos físicos e bioquímicos da sexualidade, buscando identificar o fundamento hereditário, bem como os mecanismos neurológicos ou hormonais como explicativos dos comportamentos humanos. Tais estudos são sustentados pela genética, fisiologia, endocrinologia e embriologia servindo de fundamento para os modelos biológicos explicativos da sexualidade humana (WEREBE, 1998).

Um dos primeiros trabalhos realizados no intuito de conhecer melhor a dimensão biológica da sexualidade foi o de Alfred Charles Kinsey e sua equipe, que de 1938 a 1953, realizaram uma pesquisa com a participação de mais de onze mil voluntários. Kinsey era professor de zoologia, sendo especialista em entomologia, mais especificamente em vespas.

Foi convidado, em 1938, a lecionar um curso sobre casamento e aspectos biológicos da sexualidade na Universidade de Indiana. Kinsey considerou insuficiente todo o material produzido até o momento sobre o assunto, fator que o motivou a estudar com maior profundidade a sexualidade humana (SENA, 2007).

O resultado dos seus estudos foram divulgados sob o título de *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953), popularmente também conhecido como Relatório Kinsey. Nessa pesquisa, foram identificadas as vias que levavam os americanos de ambos os sexos a atingir o orgasmo, entre eles: os sonhos sexuais noturnos, emissões seminais, masturbação, os contatos sexuais, relações hetero e homossexuais (WEREBE, 1998). O Relatório Kinsey tornou visíveis vários comportamentos dos quais não se falavam, como a realidade de que a prática da masturbação era comum entre as pessoas (92% dos homens e 63% das mulheres), ou também que a atividade sexual em excesso não carregava consigo a impotência (CAROL, 2013). Esse relatório também apontou que 37% dos homens e 13% das mulheres já haviam tido relações homossexuais com orgasmo, fato este que gerou muita polêmica na sociedade americana.

Outra pesquisa muito conhecida sob o ponto de vista fisiológico da sexualidade, foi a do médico Willian Howell Master e da psicóloga Virgine Eshelman Johnson (1968, 1980) que descreveram minuciosamente como o corpo humano responde à estimulação erótica durante a masturbação e o ato sexual. Sua pesquisa, intitulada *Human Sexual Responses* (1966), pretendia ser um trabalho científico sobre o ato sexual e o orgasmo, tanto no homem quanto na mulher (CAROL, 2013).

Masters e Johnson desenvolveram seus estudos com 382 mulheres e 312 homens voluntários e fizeram uma série de descobertas em termos fisiológicos e anatômicos, descrevendo os mecanismos da lubrificação vaginal e do orgasmo, afastando o pressuposto de que o orgasmo vaginal seria diferente do clitoriano. Esses pesquisadores descobriram também que as mulheres poderiam ter vários orgasmos assim como descreveram o fenômeno das contrações rítmicas do orgasmo em ambos os sexos, medindo a velocidade e a intensidade com que os mesmos se repetem, além de afirmar que o tamanho do pênis não tinha relação com o desempenho sexual (SENA, 2007; 2010).

As questões relacionadas à dimensão biológica da sexualidade, pesquisadas por Kinsey, Master e Johnson, estiveram presentes desde os primórdios do século XX e continuam sendo muito consideradas na atualidade. Carol (2013), ao estudar a virilidade masculina, afirma que até o final do século XIX, a sexualidade era definida por meio dos critérios anatômicos e fisiológicos. No século XX, a evolução do saber médico construiu

outro modelo sustentado nas pesquisas genéticas e hormonais. E, especialmente, a partir dos anos de 1970, um novo imperativo foi criado: o da duração e do prazer. Diz a pesquisadora:

No último quarto do século, a expressão da virilidade, nas normas, se aproxima cada vez mais de um desempenho: potência e volume do órgão, multiplicação obrigatória das práticas, das posições e dos parceiros, frequência e duração das relações, quantidade e qualidade dos orgasmos produzidos na parceira (CAROL, 2013, p.64).

Sem dúvida, a dimensão biológica da sexualidade é importante e deve ser levada em consideração em todas as discussões, todavia, a sexualidade humana também se constitui como uma dimensão psicossocial.

1.2 – A dimensão psicossocial da sexualidade:

Os hormônios possuem influência sobre o comportamento dos indivíduos, porém, sua ação não é suficiente para explicar o desenvolvimento psicosexual que também possui influências sociais e culturais (WEREBE, 1998).

A formação cromossômica do ser humano constitui a condição primeira para distinguir os dois sexos, mas não é suficiente para diferenciá-los. Nem os hormônios, nem os cromossomos são decisivos na formação das diferenças sexuais, sociais e psicológicas. A anatomia e a fisiologia dos órgãos sexuais definem os sexos macho e fêmea, porém a identidade de gênero, que define a masculinidade e a feminilidade, recebe influência de outros fatores, e não apenas do sexo biológico (WEREBE, 1998).

Diz Chauí (1991, p. 15) que: “a sexualidade não se confunde com um instinto. Nem com um objeto (parceiro), nem com um objetivo (unir dois órgãos genitais no coito). Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo”.

A dimensão psicológica da sexualidade exprime a vivência subjetiva de cada indivíduo e o modo como cada um significa suas experiências, enquanto a dimensão social destaca as interações e as vivências construídas dentro de uma cultura, mediadas por papéis sexuais construídos historicamente (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Deve-se considerar que a sexualidade contém em si a experiência do sentido, sendo uma dimensão humana, dinâmica e dialética, processual, mutável e histórica, sempre aberta a novas formas de significação (NUNES, 1987). Werebe (1998) corrobora com esse pensamento ao afirmar que “a sexualidade humana tem um sentido que transcende a simples reprodução e deve ser compreendida em função de todas as suas dimensões e em função de abordagens diversas” (p. 5).

Embora receba influências biológicas, não se restringe às questões genitais, mas refere-se ao modo como a pessoa compreende e vive as questões afetivas e sexuais que aprendeu ao longo da vida. Por isso, destaca-se que a sexualidade recebe influências biológicas, sociais, políticas, históricas e culturais (NUNES, 1987; CHAUI, 1991; MAIA, 2012).

Compreender a sexualidade em seu processo de contínua transformação é condição necessária para identificar as diversas formas e modos de vivenciá-la. Reconhecer suas diferentes configurações ao longo da história das sociedades, e identificar processos, padrões e normatizações que influenciaram sua constituição é primordial para a sua vivência de forma crítica, reflexiva, contextualizada e emancipada.

Nesse sentido, torna-se importante identificar os diferentes fatores que influenciaram o modo como a sociedade concebeu a sexualidade ao longo da história, no intuito de reconhecer os elementos que incidem sobre o modo como é significada na atualidade.

2 – A História da Sexualidade no Ocidente:

A sexualidade recebeu diferentes significações ao longo da história ocidental, podendo ser identificado cinco partes momentos, conforme a proposta de César Aparecido Nunes, em sua obra *Desvendando a Sexualidade* (1987).

2.1 – A sexualidade primitiva mítica:

O primeiro momento da história da sexualidade é chamado de sexualidade primitiva mítica, sendo constituído pelo período paleolítico que durou de quinhentos a dez mil anos a.C. Os elementos femininos, maternos e procriadores na organização da sociedade primitiva recebem grande destaque neste momento, formando um modelo de organização matriarcal. Enquanto os homens saíam para caçar, as mulheres realizavam as atividades de administração da casa, desenvolvendo novas tecnologias com a finalidade de subsistência (VICENTINO, 1997). Nunes (1987) afirma que foi sob a organização feminina que se criou o primeiro elo civilizador que manteve o clã primitivo, dando origem à sociedade humana.

O período neolítico, iniciado por volta de dez mil a.C., foi marcado por um processo de sedentarização, consequência essa das transformações climáticas e do aumento da população, assim como da invenção da pedra polida e da diminuição da caça e da pesca. A caça foi substituída pelo cuidado dos animais, decorrente também do processo de

domesticação. Constata-se, neste momento, o desenvolvimento da agricultura (VICENTINO, 1997).

Foram encontrados no período neolítico os primeiros registros de religião, juntamente com o início do desenvolvimento do poder patriarcal. Ao longo deste longo processo de transformação social, constata-se a passagem de uma organização matriarcal para uma patriarcal. O homem tornou-se o centro das relações, exercendo domínio e poder, criando exércitos e submetendo a mulher ao seu controle (STEARNS, 2010). As atividades, que antes eram realizadas pelas mulheres, passaram agora para o exercício masculino; os deuses se tornaram machos e as leis, assim como a organização bélica e religiosa, tornaram-se exclusivamente masculinas (NUNES, 1987; VICENTINO, 1997).

2.2 – O modelo patriarcal:

É do décimo ao oitavo milênio a.C. que se consolida o modelo patriarcal, especialmente no Oriente Médio. Este é bem descrito pela Bíblia, no livro do Gênesis, quando diz que não foi o homem que veio da mulher, mas o contrário: a mulher foi retirada da costela de Adão (Gênesis, 2,23).

Segundo a cultura hebraica, o homem é o senhor e considerado superior, enquanto a mulher é inferior, considerada impura, não podendo ser sacerdotisa, pois essa se tornou uma função unicamente masculina. Nesse modelo, a mulher foi compreendida como a auxiliar do homem (Gênesis 2,18), devendo servi-lo e sendo dominada, como explicita o livro do Gênesis 3, 18 “Teu marido te dominará”. O casamento era um contrato familiar entre senhores, sendo a mulher substituída pelo dote. Existiam sociedades, inclusive, nas quais o alto preço do dote fazia com que os irmãos poupassem a quantia necessária para terem uma única esposa comum, fato este conhecido como poliandria (GREGERSEN, 1983).

Aos poucos, a mulher tornou-se posse do marido, um bem entre outros como diz Êxodo 20, 17: “*Não cobiçarás a casa do teu próximo, não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo*”.

Segundo Snoek (1981), a religião de Israel recebeu influência da cosmovisão persa, marcada pelo dualismo que concebia o mundo sendo governado por dois princípios: o bem e o mal, o Deus altíssimo e o belial. Esta concepção teve Mani como grande divulgador do qual surgiu o termo maniqueísmo. O judaísmo pós-exílio, recebendo influência deste pensamento incorporou características como o ascetismo, a vida celibatária, a concepção hostil e negativa do corpo, do sexo, do casamento e, conseqüentemente, da mulher.

No modelo patriarcal, a mulher era educada para ser submissa, ter postura recatada, ser cautelosa e delicada. Ao mesmo tempo, valorizavam-se as atitudes masculinas de força, virilidade, rigidez, ousadia e liberdade sexual (RESSEL, et al., 2011).

A poligamia era uma prática comum entre os hebreus antigos e em muitas outras sociedades, porém os gregos e romanos formaram uma tradição monogâmica fortemente marcada pela estrutura de poder socioeconômico (NUNES, 1987).

A proibição do incesto foi outra prática que recebeu diferentes configurações ao longo da história. Enquanto em algumas sociedades existia a sua proibição, em outras ela era permitida e socialmente aceita. Por exemplo, os Kubeos da América do Sul, exigiam que o menino realizasse sua iniciação à vida sexual com a própria mãe, todavia, o casamento entre ambos era proibido. Entre os Watusi, da África Oriental, a cura da impotência do noivo na noite de núpcias era resolvida por meio de relações sexuais com sua própria mãe. No Egito e entre os Incas, os imperadores eram obrigados a se casarem com suas irmãs para manterem o poder na família (GREGERSEN, 1983).

Embora se constate durante este período o domínio masculino sobre o feminino, deve-se ressaltar que estes padrões de comportamento não podem ser simplesmente generalizados. Por exemplo, entre os gregos de Creta, as mulheres tinham a mesma igualdade que os homens. Nesta ilha, foram encontradas indicações de culto religioso à deusa mãe, explicitando uma forma de politeísmo matriarcal, marcado por ritos de agradecimento à fecundidade da agricultura. As mulheres eram sacerdotisas e participavam da vida social por meio das festas, jogos e danças (NUNES, 1987).

Feitosa (2005), discorrendo sobre amor e sexualidade em Pompéia, diz que a representação do falo era comum na sociedade romana, todavia, este não pode ser compreendido apenas como símbolo patriarcal. O sentido mais comum desta representação é o apotropaico, sendo utilizado para proteger dos riscos e maus-olhados e, ao mesmo tempo, trazer sorte e proteção, pois estava relacionado à fertilidade e à vida. Constata-se a participação das mulheres abastadas na vida política por meio de benefícios e de construções públicas, assim como o apoio financeiro aos jogos e distribuição de alimentos.

É importante destacar que foi a sociedade grega aristocrática que se aproximou de alguns elementos da cultura hebraica, na qual o casamento era determinado por dois senhores, envolvia o nome da família e não existia a fidelidade conjugal. A mulher era um bem do marido e estava proibida de ter relações sexuais extraconjugais. Ao mesmo tempo, o homem era livre e senhor dos seus atos, podendo relacionar-se sexualmente fora do casamento, tanto hetero quanto homossexualmente (NUNES, 1987; WEREBE, 1998; BOZON, 2004).

Gregersen (1983) afirma que existiam ao menos dois tipos de casamentos na Roma Antiga: o casamento livre, no qual a esposa e seus bens não ficavam sob o controle do marido; e o casamento *manus* (do latim mão), no qual a mulher mudava *status* e era considerada equivalentemente como filha do seu marido, sendo adotada por sua família.

Aristóteles foi um dos primeiros pensadores ocidentais que refletiu sobre as relações entre os homens e as mulheres e exerceu grande influência sobre o pensamento medieval, especialmente sobre Tomás de Aquino (SNOEK, 1981). Ele instituiu o princípio da complementaridade sexual natural, quando disse que a natureza fez o homem e a mulher para viverem melhor, tornando o homem forte e a mulher contida pelo temor. Enquanto o homem encontra saúde no movimento, a mulher leva uma vida sedentária. Ao mesmo tempo em que a mulher vela e educa os filhos, o homem traz os bens e a alimentação para casa (NUNES, 1987). À mulher cabe o papel de ser subalterna e subordinada ao homem, ser gentil, dócil, abnegada e devota, especialmente ao marido (AQUINO; KONTZE, 2014). Em sua obra *Política*, Aristóteles afirma que: “[...] o macho é por natureza superior e a fêmea inferior; aquele domina e esta é dominada; o mesmo princípio se aplica necessariamente a todo o gênero humano [...]” (ARISTÓTELES, 1997, p.19).

Esse filósofo também compreendia que a procriação dependia do macho e que a fêmea nada mais era do que um princípio passivo no ato da procriação. O esperma continha o descendente em potência, como se fosse um pequeno homem (*homunculus*) ou uma espécie de adulto em miniatura. Segundo essa concepção, cada relação sexual era um ato de procriação e a perda de esperma equivalia à morte de um indivíduo, para não dizer um assassinato (DURAND, 1989).

As influências hebraicas, romanas e helênicas construíram um modelo patriarcal que serviu de base para toda a sexualidade medieval. Foi neste modelo que a mulher tornou-se posse do homem, que as relações sexuais tinham por finalidade apenas a procriação, existindo um duplo padrão de moralidade: enquanto o homem possuía total liberdade sexual, a mulher deveria conter-se, estando à disposição do seu marido (WEREBE, 1998).

Segundo Aquino e Kontze (2014) a diferença de gênero masculino e feminino são formas específicas de vida, e portanto, o modelo patriarcal não tem fundamento biológico, pois embora as diferenças sexuais sejam biológicas, o modo como se vive esta diferença é uma construção cultural chamada de cultura patriarcal.

2.3 – A sexualidade na Idade Média:

O cristianismo exerceu grande influência sobre as significações e a forma como a sexualidade foi vivida ao longo dos séculos, especialmente durante a Idade Média (FIGUEIRÓ, 2001).

A moral cristã teve como um dos seus fundamentos a tradição bíblica hebraica, que ao se expandir pelo mundo, recebeu influências também do pensamento grego e romano. De religião perseguida passou à religião oficial do império romano no século IV d.C., fornecendo a base para grande parte da cultura sexual ocidental durante todo o período medieval. O cristianismo sintetizou o patriarcalismo hebraico e o *falocratismo* grego, conservando a submissão e a desvalorização feminina juntamente com a repressão sexual por meio do sistema de culpa e controle sexual (NUNES, 1987; FIGUEIRÓ, 2001).

O Antigo Testamento admite a poligamia como regra básica, aceitando o divórcio como privilégio dos homens, como pode ser observado em Deuteronômio 24, 1ss. Entretanto, as mulheres não podiam pedir o divórcio e se tivessem alguma relação sexual com outro homem fora do casamento, eram apedrejadas (Deuteronômio 22,21). A homossexualidade foi reprimida, conforme pode ser observado no livro do Levítico 18,22, assim como a prostituição (Deuteronômio 22,20) e a relação sexual com animais (Levítico 18, 23). A menstruação era compreendida como impureza (Levítico 15, 19-23), sendo proibida a relação sexual durante o fluxo menstrual (Levítico 20, 18). A proibição do incesto foi estabelecida em Levítico 18.

No Novo Testamento, São Paulo foi um dos grandes nomes seguido pela tradição patrística. Para ele, a homossexualidade, o adultério, a fornicação e a prostituição eram consideradas pecaminosas. Paulo defendeu a indissolubilidade do matrimônio e continuou afirmando que a mulher ideal devia ser obediente e submissa ao marido (1 Coríntios 7, 1ss). Uma das distinções entre cristãos e pagãos naquele tempo era justamente a prática celibatária (NUNES, 1987; VIDAL, 1988; FIGUEIRÓ, 2001).

O ideal de virgindade e de pureza (1 Coríntios 7, 25 ss) tornou-se parte da identidade moral cristã deste período, sendo condenado o adultério e o divórcio, características comuns das sociedades pagãs. A forma como o cristianismo compreendeu a sexualidade também foi influenciada pelo neoplatonismo e pelo estoicismo. Do estoicismo recebeu o ascetismo e o rigorismo, assim como a orientação universal para a procriação; e do neoplatonismo, a compreensão dualista de corpo-alma (SNOEK, 1981; VIDAL, 1988; FIGUEIRÓ, 2001).

Santo Agostinho, um dos maiores representantes do pensamento cristão, influenciado pelo maniqueísmo, compreendeu o sexo de forma negativa, considerando o mesmo como fruto do pecado. Para ele, a relação sexual era aceita apenas dentro do matrimônio para fins de procriação (SNOEK, 1981; DURAND, 1989; FIGUEIRÓ, 2001).

São Jerônimo, grande tradutor da Bíblia da língua hebraica e grega para o latim, foi outro grande defensor do celibato e da virgindade. Em sua opinião, a mulher era “instrumento do demônio” e podia corromper o homem puro. Defendia que a primeira opção de vida era a virgindade, assim como Adão e Eva antes da expulsão do paraíso, sendo o casamento uma segunda opção. Sua recomendação era que o casal permanecesse casto e que educasse os filhos para o mesmo (STEARNS, 2010).

Tertuliano, grande defensor da fé cristã contra as heresias, condenava todo adorno corporal e a maquiagem para as mulheres, com objetivo de que elas não fossem causa de tentação para si mesmas e para os outros. Dizia que pintar o cabelo de vermelho era antecipar o fogo do inferno (NUNES, 1987; VIDAL, 1988).

Durante este período, especialmente entre os séculos IV e VII, Maria tornou-se para os cristãos o protótipo e modelo de mãe, virgem, servindo de exemplo para o matrimônio vivido em continência. Ela é considerada a dama por excelência e a grande protetora das tentações impuras, aquela que esmaga a serpente e a quem muitos rezam para não caírem em pecado (SNOEK, 1981). Eva, por outro lado, tornou-se o protótipo da mulher tentadora, na qual o sexo está associado ao prazer. Essa é tentadora como a serpente, sendo o protótipo da maldade feminina. Em contrapartida, diz Goldberg (1988), Maria foi o protótipo da bondade feminina, considerando o sexo apenas com fins procriativos. Se Maria é a porta do céu, Eva é a porta do inferno.

Enquanto a virgindade foi um importante valor para o cristianismo o mesmo princípio foi considerado inadequado em outras culturas. Por exemplo, os homens do Tibet não escolhiam as mulheres virgens para se casar. Segundo essa cultura, as mulheres tinham valor apenas quando possuíssem experiências sexuais (GREGERSEN, 1983). Nunes (1987), Durand (1989) e Figueiró (2001) afirmam que a virgindade foi utilizada durante muito tempo como estratégia de dominação masculina, sendo uma forma explícita de machismo. Os pais mantinham as filhas virgens como moeda de troca na tentativa de uma aliança comercial ou econômica, ao mesmo tempo, a exigência da virgindade não era necessária nas classes menos favorecidas economicamente.

É importante frisar que a religião não exercia total controle sobre a sexualidade durante este período. Entre as classes mais baixas, as relações eram primárias e comunitárias.

As casas ainda não tinham quartos separados e a linguagem sobre o sexo era abundante em músicas e piadas (SNOEK, 1981; NUNES, 1987).

A prática do celibato para o clero era incentivada pela Igreja Católica, mas foi oficializada apenas em 1139, no II Concílio de Latrão (SNOEK, 1981; NUNES 1987), pois até este momento, os clérigos possuíam vida sexual ativa assim como tinham filhos e esposas (LIBÂNIO, 1983).

Foi somente a partir do Concílio de Trento (1545 a 1563) que o sexo começou a ser normatizado com maior força pela religião, constituindo-se como objeto de condenação. O inferno tornou-se o lugar dos pecadores, fornicadores, prostitutas e homossexuais (FIGUEIRÓ, 2001). Os padres e religiosas tomados em pecado eram queimados e enforcados, assim como homens e mulheres considerados pecadores tinham seus órgãos sexuais queimados (NUNES, 1987). Os adúlteros eram açoitados, as mulheres tinham seu sexo penetrado por tições acesos. O prazer era representado como um passo para o inferno, afinal, como afirma Durand (1989), o prazer sempre foi visto com desconfiança pela religião.

Após esse concílio, os teólogos instruíram os confessores a vigiarem as práticas sexuais dos fiéis. Orientava-se, inclusive, que os homens deveriam se relacionar sexualmente estando sobre as mulheres, sendo esta a ordem natural da sociedade, pois quando o homem permanece por baixo, ele se submete pela própria posição, enquanto a mulher que está em cima age (BOZON, 2004).

De modo geral, constata-se que a moral da Idade Média foi atribuindo uma visão negativa à sexualidade, marcada pelo patriarcalismo hebreu, pelo dualismo platônico, pelo estoicismo moralista que negava a matéria e o prazer, pelo maniqueísmo agostiniano percebido como fonte do mal e do pecado; tornando o celibato e a virgindade os ideais da vida religiosa (SNOEK, 1981; NUNES, 1987; FIGUEIRÓ, 2001).

2.4 – A puritanização do sexo:

Martinho Lutero por meio da Reforma Protestante ocorrida no século XVI promoveu um movimento de questionamento das práticas defendidas pela Igreja Católica durante a Idade Média. O pai da reforma protestante fundamentou suas ideias num retorno ao pensamento de Santo Agostinho, opondo-se ao relaxamento moral vivido pelos padres e bispos da Igreja Católica (FIGUEIRÓ, 2001). A Reforma Protestante propiciou princípios morais importantes para o desenvolvimento do capitalismo, como o individualismo, o trabalho como expiação, a honra, a consciência do pecado, a submissão às escrituras bíblicas, assim como o princípio do acúmulo sem gastos e exagero, e especialmente sem a influência

na Igreja; além da sublimação do prazer e o seu deslocamento para a força do trabalho, reprimindo a energia sexual (NUNES, 1987; FIGUEIRÓ, 2001).

Durante este período, várias manifestações livres do sexo foram reprimidas. A nudez que durante a Idade Média era considerada natural, foi coberta por panos; a linguagem sobre o sexo foi controlada, o corpo visto como elemento negativo, sendo o sexo o inimigo do trabalho. Neste sentido, tanto a moral luterana quanto a reforma tridentina promovida pela Igreja Católica seguiram os mesmos princípios.

Para Snoek (1982), a religião serviu, neste momento, como um instrumento de repressão de qualquer manifestação sexual. O sexo foi considerado pecado e deveria ser confessado. O Concílio de Trento ordenou que os pecados mortais fossem confessados, mesmos os mais secretos e vergonhosos. Para o imaginário dos pregadores, o inferno estava cheio de pecados contra a castidade, mesmo que fossem apenas em pensamento (FIGUEIRÓ, 2001).

O medo do inferno foi um dos mecanismos utilizados pela Igreja Católica para controlar a vida sexual dos seus fiéis, sendo a confissão o principal instrumento para investigar sua prática (SNOEK, 1981).

Segundo Foucault (1988), a confissão colocou o sexo em discurso, passando-o pelo crivo da palavra. Diz Chauí (1991, p. 108) que “a confissão é, poderíamos dizer, uma técnica da fala”. Na confissão, era preciso dizer tudo, não somente os atos consumados, mas os toques sensuais, os olhares impuros, as palavras obscenas, bem como todos os pensamentos. Cabia ao confessor perguntar ao penitente se houve algum ato pecaminoso. Caso esse tivesse ocorrido, deveria perguntar também se houve prazer, pois o deleite tornava o pecado ainda maior. Perguntava também sobre os órgãos que haviam se deleitado, quanto tempo durou e onde aconteceu.

A necessidade de falar tudo, atos e pensamentos, criou uma compulsão à confissão, chegando a nós, ainda hoje, quando nos sentimos culpados frente ao sexo, necessitando confessar ao padre, pastor, ao psicanalista ou ao médico as faltas sexuais (NUNES, 1987).

A confissão foi concebida como um tribunal ou local de medo, no qual o fiel deveria prestar contas de seus comportamentos. Os famosos sermões e as pinturas nas catedrais exerciam poder sobre as consciências por meio de um rigor moralista, de uma imposição doutrinal, fixa, rígida e inquestionável. As contínuas ameaças dos castigos eternos eram assuntos presentes nas pregações religiosas (LIBÂNIO, 1984).

Um dos movimentos que contribuiu para o desenvolvimento da visão negativa do sexo foi o puritanismo, surgido na Inglaterra, no século XVII, a partir do calvinismo. Sua dimensão

ascética influenciou a vivência da sexualidade, desvalorizando todas as experiências relacionadas ao corpo e ao prazer. Segundo Ribeiro (2005), o puritanismo é importante para entender o comportamento sexual dos homens e mulheres ocidentais por dois motivos: primeiro, a compreensão ascética facilitou a entrada da ideologia médico-social do controle, normatização e classificação dos comportamentos sexuais; e, segundo, propiciou o desenvolvimento de uma moral da constância do caráter e da rigidez dos comportamentos, não deixando mais espaço para a sensualidade e o prazer.

De fato, o puritanismo trouxe forte compreensão pudica para a sexualidade, na qual tudo o que estava relacionado ao sexo deveria ser escondido, velado ou ocultado (RIBEIRO, 2002). Segundo Figueiró (2001), foi nesta época que o comportamento sexual deixou de ser controlado unicamente pela religião, tornando-se também objeto de estudo e preocupação da medicina.

O vitorianismo foi outro movimento que surgiu na Inglaterra, durante o reinado da rainha Vitória (1837-1901), e contribuiu para a puritanização e repressão sexual, fundamentando-se, especialmente, no pensamento de São Paulo, Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Este movimento defendia o sexo apenas com fins procriativos, considerando normal a relação heterossexual que tinha por objetivo a manutenção da família; sendo perversa ou patológica a relação que não tinha esses objetivos por finalidade (FIGUEIRÓ, 2001).

Foi neste contexto histórico do puritanismo europeu que o pensamento de Freud encontra resistência, inclusive dentro da própria academia, de modo especial na medicina. Em seu texto, Cinco Lições sobre Psicanálise, especialmente na Quarta Lição, Freud discute a dificuldade que a sociedade do seu tempo possuía para falar sobre a sexualidade. Diz ele:

Em vez de nos fornecerem prontamente informações sobre a sua vida sexual, procuram por todos os meios ocultá-la. Em matéria sexual os homens são em geral insinceros. Não expõem a sua sexualidade francamente; saem recobertos de espesso manto, tecido de mentiras, para se resguardarem, como se reinasse um temporal terrível no mundo da sexualidade. E não deixam de ter razão; o sol e o ar em nosso mundo civilizado não são realmente favoráveis à atividade sexual. Com efeito, nenhum de nós pode manifestar o seu erotismo francamente à tuba (FREUD, 1909/1974, p.33-34).

A mesma constatação Freud faz com relação aos médicos:

Infelizmente, os médicos não desfrutam nenhum privilégio especial sobre os demais homens no tocante ao comportamento na esfera da vida sexual, e muitos deles são dominados por aquela mescla de lubricidade e afetado recato, que é o que governa a maior dos “povos civilizados” nas coisas da sexualidade (FREUD, 1909/1974, p. 34).

Questionando a prática médica do seu tempo, Freud reflete sobre o puritanismo que serve apenas para esconder a ineficácia da prática médica no tratamento da neurose. Diz ele:

Se após um auto-exame honesto o médico sentir que não possui o tato, a seriedade e a discrição necessários para interrogar pacientes neuróticos, e se estiver ciente de que as revelações de caráter sexual lhe provocariam arrepios lascivos, em vez de interesse científico, ele estará certo em evitar o tópico da etiologia das neuroses. Tudo o que pedimos, além disso, é que se abstenha também de tratar pacientes nervosos (FREUD, 1896/1994, p. 252).

Freud também atribui o puritanismo em grande parte a educação e a civilização quando diz: “É facilíma de explicar a razão porque a maioria dos homens, observadores médicos e outros, nada querem saber da vida sexual da criança. Sob o peso da educação e da civilização, esqueceram a atividade sexual infantil e não desejam agora lembrar aquilo que já está reprimido” (FREUD, 1909/1974, p. 35).

Para Foucault (1988), no final do século XVIII nasceu uma nova tecnologia do sexo. Nova, porque, neste momento, era independente das instituições religiosas. Por meio da pedagogia, da medicina e da economia, o sexo deixou de ser apenas uma questão leiga, tornando-se um negócio do Estado. Se antes a sexualidade era governada pela religião, agora ela será pela medicina, que exigirá normalidade em vez do medo do castigo eterno.

A medicina buscando a etiologia das doenças mentais encontrou nas perversões sexuais a sua origem. Essa assumiu o papel da religião exercendo influência inclusive sobre os prazeres do casal, controlando a vida sexual e instaurando um regime médico-sexual (FOUCAULT, 1988; FIGUEIRÓ, 2001). Como disse Foucault (1988, p.111): “Agora a ‘carne’ foi transferida ao organismo”.

Durante a segunda metade do século XIX, a medicina preocupada com a saúde das pessoas, desenvolveu programas higienistas, formando uma verdadeira tecnologia do sexo. Acreditava-se que esse podia transmitir doenças e prejudicar as gerações futuras, gerando um projeto médico e político de organizar e gestão estatal dos casamentos. Foi ainda neste período, especialmente nas famílias burguesas e aristocráticas, que se problematizou o comportamento sexual das crianças e adolescentes; a sexualidade feminina foi medicalizada, criando-se assim uma patologização do sexo, construindo critérios de normalidade e doença. A consequência de todo este processo foi o que Foucault chamou de “*psiquiatrização do sexo*” (1988, p. 114).

Foucault (1988) afirmou ainda que a modernidade criou uma *scientia sexualis*, isto é, uma verdade sobre o sexo, ordenando os comportamentos e confessando-os ao líder espiritual, ao médico ou ao psicólogo, no intuito de controlá-los. A *scientia sexualis* foi construída tendo

por referência grande parte do conhecimento pautado em perversões, extravagâncias, desenvolvendo um processo de medicalização, por meio de classificações, disfunções e anomalias. Com diz Figueiró (2001), a medicina transformou aquilo que a religião chamava de pecado em doença. Por exemplo, a masturbação deixou de ser considerada uma transgressão à lei de Deus e tornou-se uma fonte de perigo para a degeneração física e mental, tanto em crianças quanto em adultos. Por isso, ela foi condenada juntamente com a prostituição, a homossexualidade e o celibato, pois todas estas práticas ameaçavam a ordem familiar (SNOEK, 1981, NUNES, 1987; FIGUEIRÓ, 2001).

Neste momento, foi novamente reforçada a ideia de que a mulher era frágil, afetiva, feita para amar e não inteligente, ao passo que o homem era considerado forte, inteligente e responsável pelo sustento da casa. A masculinidade foi identificada com paternidade e a feminilidade, com maternidade. Surgiram também as ideias médicas sobre o valor do aleitamento materno e a mulher passou a ser estimulada a assumir o seu papel social como uma “vocação natural”, cuidando dos filhos, da família e da casa, com delicadeza e trato feminino (FIGUEIRÓ, 2001; AQUINO; KONTZE, 2014).

Portanto, este momento foi caracterizado por uma potencializa o dos elementos negativos da sexualidade, sendo o corpo negado e reprimido, desaparecendo toda dimensão de prazer relacionada ao sexo, intensificando a ideia de vergonha e de pecado, e considerando o ato sexual apenas para fins procriativos (SNOEK, 1981; FIGUEIRÓ, 2001).

2.5 – A liberdade sexual:

Para Foucault (1988), os últimos três séculos foram marcados por uma explosão discursiva sobre as questões relacionadas à sexualidade, mas foi especialmente a partir do final do século XIX que a sexualidade começou a ser expressa de forma mais livre. Durante este período, alguns nomes merecem destaque, como Darwin, Freud e Marx, pois eles iniciaram um processo de questionamento que possibilitou maior abertura tanto para a compreensão quanto para a vivência da sexualidade.

Freud garante que o espaço analítico seja um momento no qual os julgamentos morais sejam suspensos tendo em vista o reconhecimento da importância e das questões relacionadas a sexualidade e sua rela o com os sofrimentos humanos. Diz ele: “Quando porém seus pacientes tiverem percebido que durante o tratamento devem estar à vontade, se despojar o daquele manto de mentira, e s  então, estarão os presentes em condi es de formar juízo a respeito deste problema [falar sobre sexualidade] (FREUD, 1909/1974, p. 34).

Embora Freud defendesse uma reforma sexual, ele também estava convicto sobre a necessidade da repressão sexual se o ser humano quiser conviver em sociedade, pois acreditava que existia um conflito inevitável entre a vida instintiva e a civilização de outro, ao mesmo tempo em que as atividades culturais dependiam da sublimação sexual (PERSON, 2005).

A influência do pensamento liberal, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, contribuiu para o processo de racionalização do sexo, bem como para o desenvolvimento de pesquisas, superando superstições e mitos com relação ao tema, especialmente sobre masturbação, virgindade, aborto e outras práticas sexuais (FIGUEIRÓ, 2001).

Como o discurso médico substituiu o religioso e a ciência começou a explicar o que antes apenas possuía uma perspectiva moral, surgiu também a sexologia, como uma especialidade médica, discutindo, especificamente, as perversões sexuais (GREGERSEN, 1983; WEREBE, 1998; RIBEIRO, 2002).

Após a segunda guerra mundial, o mundo viveu uma inquestionável hegemonia do capitalismo norte-americano, cujas características foram o consumo, a dependência de recursos tecnológicos, a expropriação da subjetividade, assim como o desejo de possuir bens materiais. Sobre a perspectiva da comunicação, desenvolveu-se uma aldeia global enquadrando a massa consumidora. Foi dentro deste contexto que surgiram os movimentos de contestação como o rock, os grupos feministas, negros, homossexuais, sendo o distintivo de todos estes grupos a liberdade sexual (WEREBE, 1998).

Contudo, para Nunes (1987), o capitalismo compreendeu rapidamente que a sexualidade é um elemento fundamental na vida dos indivíduos, incorporando-a à máquina do consumo, levando as propagandas a assumirem explícita referência aos anseios sexuais do tempo presente. A mulher se tornou a garota propaganda, tendo o seu próprio corpo consumido e recebendo a imagem de objeto-sexual, tornando-se um objeto estético, destinado a suscitar a admiração e o desejo, assumindo uma exacerbada preocupação com a aparência externa, com a beleza, com as roupas e adereços (WEREBE, 1998).

Constata-se que durante este período, o sexo foi se tornando objeto de consumo, gerando lucro para o mercado pornográfico, dos sex-shops, motéis, criando uma quantificação da sexualidade, mas não alterando qualitativamente sua significação (NUNES, 1987).

Um dos grandes pensadores que refletiu sobre este sistema foi Hebert Marcuse. Ele critica a sociedade deserotizada, dizendo que essa desmistificou os tabus, mas não permitiu a humanização e o sentimento de afeto. O prazer foi quantificado, mecanizado, baseado no princípio do desempenho e do consumo, propiciando o acúmulo de experiência impessoais e

compulsórias, mas não participa efetivamente da existência dos seres humanos (NUNES, 1987).

Na opinião de Foucault (1988), o poder não teria motivo para reprimir a sexualidade, pois é este hoje o seu principal mecanismo de controle de reprodução ideológica. O sexo ao alcance de todos não possui nenhuma forma de contestação, no qual a liberdade de práticas sexuais coincide com a automação do trabalho e com a explosão demográfica.

Pode-se observar especialmente nos últimos cem anos, a tendência de regulamentar a sexualidade por um modo menos religioso, mais secular de organização, por influência da medicina, da psicanálise, da psicologia, da sociologia, da educação, bem como das mudanças sociais e econômicas (WEREBE, 1998; RIBEIRO, 2002).

Porém, deve-se reconhecer que embora muitas pessoas acreditem que não haja mais repressão sexual, Chauí (1991) chama atenção para o fato de que “o novo saber sobre o sexo, saber científico e objetivo, não é necessariamente e automaticamente portador do fim da repressão sexual, podendo ser apenas uma nova variante dela” (p. 22).

Considerações Finais:

O presente estudo permite distinguir a diferença existente entre os conceitos de sexo e sexualidade, embora muitas pessoas os considerem como sinônimos. Obviamente, é importante destacar que as dimensões biológicas, psíquicas e culturais constituem a sexualidade de forma indissociáveis, sendo muitas vezes fragmentadas apenas para fins de pesquisa e estudo, tendo em vista a complexidade da questão.

O conhecimento da história e das vivências culturais dos diferentes povos e culturas sobre o sexo e a sexualidade possibilita a identificação dos diversos sentidos e significados que essa questão recebeu pela humanidade. Tal percepção propõe a necessidade deste tema ser compreendido dentro de uma perspectiva dialética, ampla, histórica e em contínua transformação. Desta forma, é possível desconstruir modelos cristalizados e hegemônicos que se perpetuaram durante muito tempo, permitindo o desenvolvimento de uma concepção ampla, crítica e plural da sexualidade humana.

CONCEPTION OF GENDER AND SEXUALITY IN THE WEST: ORIGIN, HISTORY AND PRESENT

Abstract:

This task aims to present a theoretical study about the conceptions of gender and sexuality on the western history. Gender is understood as a physical and biological dimension related to the sex organs and the genitality, as well as to the sexual activity itself. Sexuality is understood as a cultural and historical dimension, concerning the quality of sexual experiences. Analyzing the western history, it is possible to observe that sexuality was influenced by matriarchal models and, particularly, patriarchal ones, experiencing periods of a greater openness or repression, besides, considering the influences of religion, philosophy and medicine.

Keywords: Gender; Sexuality; history.

CONCEPCIÓN DE SEXO E SEXUALIDADE EN EL OCCIDENTE: ORIGEN, HISTORIA Y ACTUALIDAD.

Resumen:

Este trabajo tiene por objetivo presentar un estudio teórico de las concepciones de sexo y sexualidad en la historia occidental. Entiéndase sexo en una dimensión física y biológica relativa a los órganos sexuales, a la genitalidad y al propio acto sexual, y la sexualidad comprendida como una dimensión histórica y cultural en relación a la calidad de las vivencias sexuales. Al analizar la historia occidental es posible percibir que la sexualidad fue influenciada por modelos matriarcales, y principalmente patriarcales, vivenciando momentos de mayor apertura o represión, además de considerar las influencias de la religión, la filosofía y de la medicina.

Palabras claves: Sexo; Sexualidad; Historia.

Referências:

AQUINO, Q. B.; KONTZE, K. B. O “contrato sexual” e a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição especial, n.42, p. 250-267, jul./dez. 2014.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BONFIM, C. R. S. **Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas**: contradições, limites e possibilidades. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAROL, A. A virilidade diante da medicina. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade**: A virilidade em crise? Petrópolis: Vozes, 2013. v. 3.

CHAUI, M. **Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COSTA-JÚNIOR, F. M.; MAIA, A. C. B. O Gênero nas ciências da saúde: produção e reprodução de concepções sobre a diferença entre homens e mulheres. **Mimesis**, Bauru, v. 34, n. 1, p. 63-90, 2013.

DURAND, G. **Sexualidade e fé**: síntese de teologia moral. São Paulo: Loyola, 1989.

FEITOSA, L. C. **Amor e sexualidade**: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 2. ed. Londrina: UEL, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. VII, Rio de Janeiro: Imago, 1905/1972.

_____. As hereditariedades e a etiologia das neuroses. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. III. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1896/1994.

_____. Conferência Introdutórias sobre Psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1976.

_____. Cinco Lições de Psicanálise. In: **Os pensadores**. Vol. XXXIX, Abril: São Paulo, 1909/1974, p. 7-44.

GOLDBERG, M. A. A. **Educação sexual**: uma proposta, um desafio. São Paulo: Cortez, 1988.

GREGERSEN, E. **Práticas sexuais**: a história da sexualidade humana. São Paulo: Roca, 1983.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEÃO, A. M. C; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade sem trauma: trabalhando gênero e corpo com crianças de uma escola municipal de educação infantil. In: MONTEIRO, S. A. A. et al. (Org.) **Educações na contemporaneidade**: reflexão e pesquisa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 265-282.

LIBÂNIO, J. B. **A volta à grande disciplina**: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1984.

MAIA, A. C. B. A educação sexual repressiva: padrões definidores de normalidade. In: SOUZA, C. B. G. de; RIBEIRO, P. R. M. (Org.) **Sexualidade, Diversidade e Cultura Escolares**: contribuições ibero-americanas para estudos de educação, gênero e valores. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; Alcalá de Henades: Universidad de Alcalá, 2008.

_____. Conceito amplo de sexualidade. **Psicopedagogia Online**, 2010. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1303>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

_____. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 2, p. 91-103, 2012.

_____; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MABILDE, L.C. Três ensaios fundamentais sobre a sexualidade. In: FERRO, A. et al. **Psicanálise e sexualidade**: tributo ao centenário do Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade 1905- 2005. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MARIGUELA, M. A. A sexualidade na etiologia das neuroses e a invenção da psicanálise. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 8, n. esp. dez. 2006, p. 169-186.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.

_____; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, M. D.; SEI, M. B. Abuso sexual e as contribuições da psicologia no âmbito judiciário. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.41, p.4-22, jul./dez. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Sexual and Reproductive Health**. WHO, 2006. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en>. Acesso em: 12 maio 2014.

PERSON, E. S. No girar da roda: uma reflexão no centenário dos Três ensaios de Freud sobre a teoria da sexualidade. In: FERRO, A. et al. **Psicanálise e sexualidade**: tributo ao centenário do Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade 1905- 2005. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PLATÃO. **Diálogos / Platão**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

RESSEL, L. B. et al. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 245-250, jun. 2011.

RIBEIRO, P. R. M. A sexualidade na história. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. Araraquara: FCL / Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002. p. 9-16.

_____. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília, DF: MEC/SEF, 2005.

SENA, T. **Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite**: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas. 2007. 311 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 221-240, jan./abr. 2010.

SNOEK, J. **Ensaio da ética sexual**: a sexualidade humana. São Paulo: Paulinas, 1981.

STEARNS, P. N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

VICENTINO, C. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

VIDAL, M. **Moral de atitudes**. Aparecida: Santuário, 1988.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política, educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

Data de recebimento: 07/08/2015.

Data de aceite: 01/11/2017.

Sobre os autores:

Cleiton José Senem é Docente na Universidade do Sagrado Coração, USC, Bauru, SP; Mestre e Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP – Bauru, SP. Endereço Eletrônico: cleiton.senem@usc.br

Sandro Caramaschi é Docente na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Bauru, SP. Doutorado e Mestrado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. Endereço Eletrônico: caramas@fc.unesp.br